

AValiação Nutricional de Alunos da Rede Municipal de Ensino de um Município de Pequeno Porte do Interior do Rio Grande do Sul

Patricia Pivatto¹
Raiara Forcelini Lorenzi²
Marciele Jacinta Dal Bosco³

INTRODUÇÃO: A alimentação saudável representa uma das grandes responsabilidades da escola, devendo ela ser equilibrada, nutritiva, saborosa, que desperte o desejo de conhecer novos alimentos, além de fornecer os nutrientes necessários para a recomendação alimentar, evitando carências nutricionais a fim de colaborar com a manutenção do estado nutricional adequado do aluno. Nesse sentido, o acompanhamento nutricional e alimentar na infância é fundamental para um completo crescimento e desenvolvimento do indivíduo, podendo trazer alterações de diversas ordens no futuro. A participação da escola, neste contexto, torna-se essencial, uma vez que a criança passa um tempo importante de sua vida nesse ambiente (CARVALHO et al., 2015). O Brasil registra uma redução importante na prevalência da desnutrição, porém há um aumento da frequência do excesso de peso, referido comum momento de transição nutricional. Porém, sabe-se que tanto os déficits quanto os excessos são prejudiciais à saúde e causam tanto dano físico quanto cognitivo ao desenvolvimento (VICTORA et al., 2011). Nesse sentido, a avaliação nutricional é uma ferramenta de extrema relevância para a saúde pública por proporcionar um mapeamento do estado nutricional de uma população, aqui focada nas crianças em fase escolar, ao enfocar uma magnitude, o comportamento e os determinantes dos agravos nutricionais, bem como identificar grupos de risco e intervenções adequadas (MACHADO; MEZZOMO, 2011; MARTINS et al., 2010; COSTA et al., 2013). O uso de indicadores antropométricos na avaliação do estado nutricional de indivíduo ou coletividades é, entre várias opções, a mais adequada e viável para ser adotada em serviços de saúde, considerando as suas vantagens como: baixo custo, a simplicidade de realização, sua facilidade de aplicação e padronização, amplitude dos aspectos analisados, além de não ser invasiva. **OBJETIVO:** Conhecer o estado nutricional de alunos da rede municipal de ensino de um município de pequeno porte do interior do estado do Rio Grande do Sul, demonstrando a importância da avaliação nutricional, pois a partir dos resultados obtidos pode-se entender as necessidades dessa população e definir as intervenções nutricionais adequadas. **METODOLOGIA:** O processo de avaliação nutricional foi realizado pela nutricionista da rede pública municipal de ensino com o acompanhamento da estagiária do Curso de Nutrição da Uceff. Foram realizadas as medidas antropométricas de altura e peso, utilizando balança digital e uma fita métrica simples. Durante vários dias, foram intercaladas visitas às escolas da cidade e do interior, com o objetivo de avaliar o máximo de alunos possível em um tempo reduzido para evitar retornos e transtornos desnecessários. Para anotar os dados, foram utilizadas fichas que continham a escola e turma, com os nomes dos alunos, número de cartão SUS e espaço para altura, peso, cálculo do IMC e classificação. Após a coleta desses dados, foram calculados os IMCs e classificados de acordo com as respectivas idades dentro dos valores de referências

¹ Acadêmica de Nutrição. E-mail: patriciapivatto@hotmail.com.

² Docente do curso de Nutrição da UCEFF. E-mail: raiaraforcelini@gmail.com.

³ Nutricionista, especialista, professora e UCEFF. E-mail: marcieledalbosco@uceff.edu.br.

encontrados na Biblioteca Virtual da Saúde (SISVAN, 2008). **DISCUSSÃO DOS DADOS DE CAMPO:** A rede municipal de ensino deste município conta com 966 alunos. Deste total 782 foram avaliados, totalizando um percentual de 81%. Destes 782, 165 alunos têm de 0 a 5 anos incompletos, resultando em 21% do total e 617 alunos têm entre 5 e 19 anos, resultando em 79% dos alunos. De acordo com os resultados obtidos houve a classificação em relação ao IMC infantil: do total geral dos alunos avaliados em relação aos matriculados, do total de alunos menores de 5 anos e do total de alunos acima dos 5 até os 19 anos. O estado nutricional foi determinado a partir de indicadores antropométricos IMC para idade (IMC/I). O valor de IMC foi obtido pela divisão do peso corporal (kg), pela estatura (m²). Optou-se por não dividir de acordo com sexo, pela escassez de tempo e número elevado de alunos avaliados. A classificação do estado nutricional foi realizada por meio dos pontos de corte estabelecidos pelo SISVAN (2008) e encontrados na Biblioteca Virtual de Saúde utilizado pela profissional nutricionista. Do total dos avaliados, 3,8% foram classificados em Baixo Peso, 59,3% em Eutrofia, 17,7% em Sobrepeso e 19,2% em Obesidade. **CONCLUSÃO:** O Brasil encontra-se em um período de transição nutricional, onde se observa valores crescentes de distúrbios nutricionais como sobrepeso, obesidade em relação à desnutrição. Sendo assim, faz-se importante o acompanhamento do crescimento e do estado nutricional na infância, com vistas a formular estratégias proporcionem um crescimento e desenvolvimento adequados de crianças em idade escolar. Nesse sentido, a avaliação nutricional se configura como um importante instrumento para verificação desses dados e a partir da análise deles, qualificar as ações de intervenção necessárias. A partir da análise dos dados coletados, avalia-se que os resultados se encontram dentro da faixa de normalidade se comparados com os dados de obesidade infantil pesquisados no Brasil até 2023. Verificou-se que o sobrepeso e obesidade na faixa dos alunos menores de 5 anos é maior do que o grupo de alunos de 5 a 19 anos, porém dentro dos parâmetros de normalidade. Não foram encontrados casos de desnutrição e foi encontrado um caso de obesidade grau III (IMC acima de 40).

Palavras-chave: Avaliação nutricional. Estado nutricional. IMC infantil. Município.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Darcilane Maria de; *Et al.* **Educação Infantil: desafios e perspectivas.** XII Congresso Nacional de Educação- EDUCERE. ISSN 2176-1396, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18440_9156.pdf. Acesso em: 05 julho 2023.

COSTA, G. M. C.; CAVALCANTI, V. M.; BARBOSA, M. L.; CELINO, S. D. de M.; DE FRANÇA, I. S. X.; DE SOUSA, F. S. Promoção de saúde nas escolas na perspectiva de professores do ensino fundamental. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 15, n. 2, p. 506-515, 2013. Disponível em: forext_07.pdf (pucminas.br) Acesso em junho 2023.

MACHADO, P. G. & Mezzomo, C. L. A relação da postura corporal, da respiração oral e do estado nutricional em crianças: uma revisão de literatura. **Revista CEFAC**, 13(6), 1109-1118, 2011. <https://doi.org/10.1590/s1516-18462011005000096>.

MARTINS, R. C. B.; et al.. Distribuição geográfica da prevalência de agravos nutricionais entre escolares na cidade de Piracicaba-SP, Brasil. **Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.**, São Paulo, SP, v. 35, n. 2, p. 1-17, ago. 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN na assistência à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2008. Disponível em : <https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MTI4Ng==>. Acesso em julho de 2023.

VICTORA, C. et al. **Saúde de mães e crianças no Brasil: progressos e desafios**. The Lancet, v.377, n. 9780, p. 1863-76, 2011.